

Por Antonio Penteado Mendonça



O Brasil perdeu o grau de investimento. A reavaliação da nota brasileira pela Standard & Poor's. Se as outras agências acompanharem sua posição poderemos ter um desastre de dimensões continentais. A consequência imediata é o aumento dos juros que o país paga no mercado internacional, mas, além disso, o país irá sentir na pele o preço de perder competitividade e de ter suas empresas classificadas como de alto risco, colocando-as fora das lentes dos investidores institucionais internacionais, responsáveis por bilhões de dólares colocados em diversos mercados do planeta.

Sem grau de investimento, parte destes fundos não pode investir no país. As regras de gestão os impedem e, se o fizerem, seus executivos ficam sujeitos a diversos tipos de sanções, inclusive penais. Assim, o Brasil, que já vem mal, pode deixar de ser uma possibilidade para investidores com capacidade gigantesca de aporte de capitais. Eles não virão e, com certeza, vários deles que, ao longo dos últimos anos, investiram no Brasil estão revendo suas políticas em relação ao país.

Sem entrar no mérito do agravamento da situação de centenas de empresas que terão menos condições de se proteger, o movimento vai continuar pressionando o real em relação ao dólar e encarecer mais a produção nacional.

A contrapartida seria que o real barato é bom para exportarmos. Até um ponto isso é verdade, mas, quando se coloca na balança a quantidade de reais necessária para pagar os financiamentos em outras moedas, a conta não fecha. Uma coisa é dever 100 milhões de dólares a 2 reais, outra completamente diferente é dever os mesmos 100 milhões de dólares a 4 reais, ainda mais com o faturamento em queda e o grosso ser em reais.

Com o faturamento em queda, porque o mercado interno, responsável pela maior parte das compras, está deprimido, atingido pelo desemprego, inadimplência, redução do crédito, aumento dos juros e da inflação, a tendência é as falências aumentarem e, para sobreviverem, as empresas investirem menos no próprio negócio e consequentemente em manutenção e segurança.

Se até aqui o quadro complicado, ele piora quando lembramos que, em princípio, as empresas não podem ter rating mais alto do que o do país onde estão instaladas. Ou seja, se o Brasil não tem grau de investimento, a maior parte das empresas brasileiras também não tem. Foi por isso que, logo após a redução da nota do país, os principais bancos também tiveram seus ratings diminuídos.

A regra vale para as seguradoras. Aliás, para elas a situação é três vezes delicada porque são obrigadas a investir a maior parte de seus recursos em títulos federais; nas crises os sinistros aumentam; e a venda de seguros novos cai.

As grandes companhias ligadas a conglomerados financeiros devem sofrer menos porque, em

função de sua capitalização, limites de retenção e foco no varejo, dependem quase que apenas delas e necessitam pouco resseguro. Mas há um rol de seguradoras menores, ou especializadas em riscos com alta necessidade de resseguros, que devem pagar mais caro pela necessidade de capacidade operacional. Uma coisa é contratar resseguro com rating positivo, outra é fazê-lo com nota baixa. E fica pior quando se sabe que numa crise a qualidade dos riscos piora. Assim, a perda do grau de investimento somada à recessão poderia complicar a vida destas empresas. Mas, como me disse um importante líder do setor, parte delas é controlada por grandes conglomerados internacionais que possuem resseguradoras e que estão no Brasil para ficar, sem se preocupar muito com o curto prazo. Além disso, o juro alto remunera bem o capital investido e o real baixo faz o país ficar muito barato.

Se a situação é ruim, a perda do grau de investimento deve agravar o quadro, aumentando a quebra de empresas, o desemprego, a inflação e os juros. Neste cenário pode acontecer de algumas seguradoras, resseguradoras e corretores de seguros serem afetados. Mas, entre as diversas atividades econômicas, o setor de seguros deve ser dos menos atingidos.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 28.09.2015.